

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Jornal do ComércioClass.: 909Data: 01.11.84

Pg.: _____

**DOIS DEDOS
DE PROSA**

MANOEL BRAGA GASTAL

Índio sem-vergonha

O Código Civil, no seu art. 6º, diz que "são incapazes, relativamente a certos atos, os maiores de 16 e menores de 21 anos, os pródigos e os silvícolas" (grifo do comentarista). E o parágrafo único determina: "Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País".

Resulta claro que o cacique Mário Juruna, a esta altura de sua vida, está completamente livre da tutela do Estado. Muito mais do que por ser deputado federal, pela forma por que se mostra "adaptado à civilização do País", — pelo menos a esta sinistra e nojenta "civilização" que gira em torno do dinheiro, da vida regalada de mordomias e de concupiscência. Talvez não exista, dentro do Congresso Nacional, quem mais se mostre afeiçoado a esse tipo de vida. É realmente impressionante o que esse índio tem aproveitado a condição de curiosidade da política brasileira que Brizola engendrou no seu afã de, para seus amigos socialistas lá de fora, posar de dono de um partido ramificado nas mais puras origens da raça brasileira. Tendo lido o Código, o chefe do PDT imaginou ser Juruna um desses bocós que não conseguem viver sem a tutela da Funai. Tomaria conta dele e o exibiria puxado pelos beijos, diploma de deputado federal debaixo do braço a mostrar a progressão do socialismo moreno na sua caminhada através da abrangência de todos os segmentos étnicos do País. Aconteceu, porém, o inesperado. O índio já estava 'aculturado' para todas as malandragens dos brancos na cidade grande. Sabia tudo sobre a arte de ganhar dinheiro sem fazer força, desde os pequenos "pinduras" de despesas a que obriga os mais caros restaurantes de Brasília, São Paulo e Rio — aos quais responde, quando chega o gerente, que sua presença traz mais freguesia, porque ele é atração —, até a proeza de conseguir empregos para sua mulher, no mais escandaloso tráfico

de influência que se conhece nesta república, tanto que são já quatro as fontes pagadoras da ilustre dama.

Agora, porque uma filha quebrou o braço, entendeu de pedir emprestados 15 milhões (?) para o tratamento. Explicando perante a tevê, no momento de encenar a "devolução" a Eid, no Banco do Brasil, agência do Congresso, disse o sacripanta: "Pedi companheiros quebrá gaio. Companheiros não quebrô gaio. Então pedi pro careca (Kalim Eid). Careca deu dobro, mas qué voto no Colégio Eleitoral" Aí está a suprema vergonha para o povo. Quem fez isso foi um deputado federal. Falou a verdade? Mentiu? Era de Maluf o dinheiro, ou (de nada se pode mais duvidar! tudo terá sido uma farsa para cimentar na opinião pública a idéia, pacientemente trabalhada pela comunicação de massa, de que do lado da candidatura do ex-governador paulista se agrupam todos os demônios da política nacional, que vendem e compram votos, ao passo que com o mineiro formam as legiões de anjos do céu?

Ficam perguntas no ar infectado pela podridão. Se Juruna precisava tratar a filha, deve ter gasto pelo menos parte do dinheiro. Quem cobriu o restante? Teria recebido de Eid, a ser verdadeira sua denúncia, só 30 milhões, preço demasiado baixo para o mercado de consciências segundo a tabela apregoada em todas as notícias da bolsa da corrupção? Terá fornecido a alguém — seu partido, Câmara, colegas — alguma prova pelo menos indiciária da acusação?

A Câmara dos Deputados está a braços com típico caso de cassação de mandato. A confissão formal foi feita, e não vale aquela história do pobrezinho do índio inadaptado à violência da vida no asfalto. Juruna é um especialista em asfalto, pelo que ele menos se interessa é pela selva. Esta vergonha é mais um episódio nesta infame tragédia política brasileira. Qualquer investigação de CPI deve começar pela cassação do índio malandro.